

A boa medida: afastamento e materialidade na manutenção da moral em um Comitê de Ética em Pesquisa

Rui Massato Harayama
Universidade Federal de Minas Gerais/ UFMG-PPGAN

Podem os Estudos Sociais da Ciência, STS, auxiliar na compreensão da ética? O que a antropologia possibilita ao entendimento da ética em pesquisa com seres humanos? A presente comunicação apresenta algumas reflexões a partir da etnografia de um Comitê de Ética em Pesquisa – CEP – criado a partir da promulgação da Res. CNS 196 em 1996. Instituições para a ‘apreciação ética’ de protocolos de pesquisa, “colegiados interdisciplinares e independentes, com ‘munus público’, de caráter consultivo, deliberativo e educativo, criados para defender os interesses dos sujeitos da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos”. Como propõe a Resolução CNS196/96, o arranjo dessa forma de ‘controle social’ de pesquisa apresenta peculiaridades para uma reflexão antropológica. Os membros utilizam-se dos termos filosóficos sobre a ética e dos elementos das reflexões bioéticas associados a uma prática de controle dos protocolos e de elementos que asseguram o sigilo dos ‘sujeitos de pesquisa’ que impossibilitam a separação da investigação entre uma esfera do ideal e do real, da teoria e da prática, associando uma normatização da realização das pesquisas em seres humanos com a gramática da bioética, numa equação entre um sistema normativo burocrático e um corpo intelectual.

Instituições criadas com o intuito de regular, educar e controlar a ética em pesquisa por meio do ‘controle social’; a observação, descrição e acompanhamento das atividades desenvolvidas na secretaria executiva do CEP e nas reuniões mensais possibilitam perceber que os princípios morais do grupo pesquisado revelam-se em diferentes momentos nos quais eles se tornam operadores de ações e de reflexões.

A economia da informação realizada para assegurar o sigilo dos envolvidos no processo de ‘apreciação ética dos protocolos’ envolve diversos elementos. Os protocolos de pesquisa, os formulários online, as assinaturas, os carimbos são manejados de forma a assegurar que apenas o suficiente e necessário sejam tornados evidentes durante os encaminhamentos dos protocolos.

‘Suficiente’ e ‘necessário’, dentro desse contexto, são, por exemplo, as informações dos trâmites que ficam expostos do lado de fora das pastas coloridas escritas em etiquetas com iniciais e números e que transitam sempre fechadas, ou encontram-se empilhadas em locais apropriados ou reservadas nos armários.

No CEP pesquisado, todo o processo parece transitar, em algum momento, na forma material: o Protocolo de Pesquisa, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), os pareceres, entre outros, apresentam uma comunicação mediada por artefatos e documentos que marcam a distância ideal para a manutenção da ética em pesquisa. A etnografia, dessa forma, aponta para a proeminência dos objetos materiais como elementos primordiais para a delimitação da ética em pesquisa com seres humanos.